

OS USUÁRIOS E SUAS DEMANDAS NO TERRITÓRIO DO CRAS DE MANDACARU: COMO ATINGI-LAS?

NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do
UFPB – Coordenadora – fapmelo@uol.com.br

GOMES, Maria de Fátima Leite
UFPB – Vice-Coordenadora - fatima-gomes2003@ig.com.br

ROCHA, Edjavane Rodrigues de Andrade
UFPB – Bolsista - edjavanerocha@hotmail.com

BARROS, Rosemary Teixeira
UFPB – Colaboradora - m.barros2006@hotmail.com

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes /Departamento de Serviço Social/PROBEX

RESUMO: O Projeto de extensão intitulado “Os Usuários e suas demandas no território do CRAS de Mandacaru: como atingi-las?” é vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS), e propôs-se analisar como a presença do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) pode contribuir para a efetivação da Política de Assistência Social nessa localidade. Neste sentido, o projeto em foco buscou ampliar conhecimentos sobre as condições de vida da população em situação de pobreza, bem como, do acesso desta aos programas sociais. O objetivo norteador desta ação dirigiu-se ao reconhecimento de que o pobre deve ser visto como sujeito de direitos, protagonista de sua história. Assim, o projeto desenvolvido durante o ano de 2012, buscou compreender e desmistificar a realidade que envolve o objeto da referida extensão, a partir de visitas domiciliares e institucionais, análise dos relatórios mensais, cadastramento de usuários em programas, cursos ou benefícios, entre outros. Ao final das atividades da extensão foi possível verificar que, apesar das ações executadas pelo CRAS, ainda é débil, insuficiente à quantidade de equipamentos sociais na comunidade, o número de profissionais e a qualidade dos serviços. Observou-se, também, que parte dos usuários não tem acesso aos serviços oferecidos, o que compromete a proposta descentralizada da Política da Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Referência da Assistência Social, Família, Política de Assistência Social

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Os usuários e suas demandas no território do CRAS de Mandacaru: como atingi-las?” esteve vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ao longo do ano de 2012 e foi desenvolvido sob a orientação das professoras Doutoras Maria de Fátima Melo do Nascimento e Maria de Fátima Leite Gomes, membros da Base de Pesquisa sobre “Pobreza e Desigualdade”.

O referido projeto propunha conhecer a realidade de Mandacaru, na intenção de colaborar com o CRAS em ações fundamentadas, a partir de bases concretas do contexto local, a fim de contribuir para a efetivação da Assistência Social, utilizando-se da observação direta, de visitas domiciliares, de reuniões com grupos, de entrevistas, na análise de dados estatísticos, entre outros.

Neste sentido, será também necessário compreender “os significados” que envolvem a temática “pobreza”, para que a análise dos fatos sociais locais seja percebida em uma totalidade e, deste modo, proporem-se ações concernentes a uma vida de acesso aos direitos sociais, pelos usuários da assistência.

DESENVOLVIMENTO

Existem diferentes concepções sobre a pobreza, e sabe-se da dificuldade em delimitá-la e conceituá-la. Contudo, pode-se dizer que é um fenômeno pluridimensional, que deve ser considerado em razão das particularidades espaciais (regionais), da estrutura socioeconômica e, ainda, das características socioculturais.

Segundo Amartya Sen (2000, p.109), a pobreza deve ser entendida “em função das capacidades que uma pessoa possui, ou seja, das liberdades substantivas para levar o tipo de vida que ela tem razão para valorizar”. Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza.

É importante deixar claro que, ao tomar a pobreza centrada na privação de capacidades substituindo o enfoque localizado na renda, o autor não está negando que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa. Porém, com esse enfoque, amplia-se o conceito de pobreza ao incluir dimensões culturais e substantivas que estão inseridas na noção de valor, na definição do que vêm a ser capacidades básicas, ao invés de ver a pobreza meramente como baixo nível de renda.

Mesmo conhecidas às bases para o entendimento da pobreza, essa definição por si só não esgota seu questionamento, restando ainda descobrir suas correlações com a sobrevivência e com os tipos de vínculos que a ela se associam. Desta forma, a questão central desse estudo situa-se na articulação entre pobreza e família, especialmente as famílias vinculadas aos programas sociais na área da assistência social.

Nesse sentido, a Política da Assistência social em processo, hoje, no Brasil, se dá através do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que estruturou essa política em três níveis: baixa complexidade, média complexidade e alta complexidade; sendo que, os Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), são vinculados ao âmbito da baixa complexidade e se propõem a intermediar ações que dizem contribuir para a superação da situação de vulnerabilidade social, as famílias em situação de extrema pobreza e pobreza.

Assim, na cidade de João Pessoa, na comunidade de Mandacaru, o CRAS acompanha famílias consideradas em vulnerabilidade social e que estão inseridas em programas sociais, como: PETI – Programa de Proteção ao Trabalho Infantil (PETI); Projovem Adolescente; Acompanhamento aos Grupos de Idosos, Famílias PAIF e Gestantes; Benefícios Eventuais e Cursos de capacitação (cursos de capacitação e profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (Pronatec) e o Programa Bolsa Família (PBF)).

Mandacaru, portanto, está localizada na zona norte da cidade de João Pessoa e encontra-se subdividida em cinco comunidades: Alto do Céu, Beira da Linha, Porto de João Tota, Mandacaru e Jardim Mangueira, caracterizando-se enquanto espaço territorial com elevados índices de extrema pobreza e pobreza. De acordo com o IDEMI (2010), Mandacaru possui 12.593 mil habitantes (a maior parte da população é relativamente jovem) e tem a maior parte de sua população de cor parda. Mais de 70% destas vivem com até um salário mínimo e 4% não têm renda. Dentre as famílias que são acompanhadas pelo CRAS, cerca de 1.300 têm como renda apenas o que recebem do Programa Bolsa Família (PBF), sendo às vezes complementada com a venda de material reciclado. Entretanto, os dados também mostram que 9.449 pessoas são alfabetizadas e que mais de 80% da população maior de 10 anos, são alfabetizadas.

Vale salientar, o enfoque interdisciplinar que é adotado cotidianamente pelos profissionais do CRAS como processo de trabalho, articulado por meio da rede socioassistencial, apesar das fragilidades observadas na condução do processo em rede, identificadas ao longo da execução deste projeto. Entretanto, embora tenha se verificado

a precariedade como o CRAS desenvolve suas atividades, sabe-se que as vulnerabilidades e riscos sociais não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas, alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações profissionais, visto que, as demandas atendidas exigem uma compreensão ampla, de totalidade, da realidade social pelos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observações finais do projeto de extensão, pode-se constatar que o CRAS de Mandacaru atende apenas as necessidades mais “imediatas” de parte de seus usuários, uma vez que, não há um trabalho contínuo com as famílias cadastradas; isto ocorre, especialmente, por decorrência de um número irrisório de profissionais, o que compromete um atendimento mais amplo e sistemático, inviabilizando o processo de conhecimento da realidade local em sua totalidade, especialmente, das reais demandas destes usuários.

Neste sentido, considerando-se a ausência de um quantitativo maior de profissionais no CRAS, percebeu-se, também, a flexibilidade, a precariedade das condições de trabalho destes profissionais, o que, de modo geral proporciona aos usuários uma atenção parcial, superficial e focalizada das suas demandas. Além disso, a rede socioassistencial naquela localidade apresentou-se incipiente, embrionária e desarticulada.

Diante de tal situação, o projeto de extensão aplicado, buscou contribuir na operacionalização das ações no sentido de participar de forma crítica das entrevistas, das visitas domiciliares, da elaboração de relatórios, na análise das estatísticas, da organização de reuniões com grupos, na realização de palestras, na articulação e fortalecimento da rede social, na construção de estratégias e táticas profissionais; ou seja, no processo de práxis.

Assim, buscar “superar” na coletividade os vieses contraditórios do trabalho com a assistência, é a alternativa mais apropriada para viabilizar um atendimento de qualidade aos usuários do CRAS, à luz dos direitos sociais, garantidos em Lei.

REFERÊNCIAS

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. Cortez: São Paulo, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social– PNAS/ 2004**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Brasília: D.F. 2007

MOURA, A. Joviane. **Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) na Política de Assistência Social Brasileira**. Disponível em: <http://artigos.psicologado.com>
Acesso em: 17/out/2012.

ROCHA, Rosilene Cristina; GARIB, Tânia Mara; GARCIA, Marcelo. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. MDS/Comissão Intergestores Tripartite /ASCOM - marco/2012, p. 7.

SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.